

Sessão extra acolherá Centrão

Ulysses marcou para terça-feira data do referendo do projeto

O deputado Ulysses Guimarães vai convocar, para terça-feira da próxima semana, sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, para receber, oficialmente, o Projeto de Resolução através do qual o Centrão propõe mudança do Regimento Interno, de forma a permitir a apresentação de emendas novas a títulos, capítulos e artigos do substitutivo elaborado pela Comissão de Sistematização.

A decisão do presidente da Constituinte foi comunicada no início da noite ao líder do PFL, deputado José Lourenço, depois da visita que Ulysses recebeu de representantes do movimento, quando tomou conhecimento, informalmente, do documento, que já continha o apoio de 297 constituintes, 17 a mais que a maioria absoluta do plenário.

O recebimento da proposta do Centrão, contudo, não significa sua aprovação imediata, mesmo que ela venha respaldada por mais de 300 assinaturas. O período da tramitação do projeto é de até 25 dias e, segundo fontes ligadas a Ulysses, ele pretende usar todo o tempo que o Regimento Interno da Constituinte lhe permite, no sentido de reduzir a força do grupo e, assim, não negociar em desvantagem.

Ulysses Guimarães e algumas lideranças do PMDB, especialmente o senador Fernando Henrique Cardoso, estão mantendo entendimentos com representantes do movimento, buscando um acordo que evite o con-

fronto no plenário. A proposta de abertura de prazo para apresentação de novas emendas agrada aos integrantes do Centrão, mas ainda pega no que diz respeito ao alcance das proposições.

O presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte está disposto a abrir prazo para abertura de emendas novas, por dois ou três dias após o recebimento do substitutivo pelo plenário, mas apenas em relação a artigos, e não a títulos, como pretende o Centrão.

Ao bloco, na verdade, interessa modificar os capítulos do substitutivo, porque é aí que ele faz valer sua unidade, sobre determinados pontos, como estabilidade, reforma agrária, etc. como deixou claro ontem o deputado Luiz Eduardo Magalhães, um dos líderes do movimento.

E, apesar das conversas, não interessa também ao presidente da Constituinte, antes da apresentação do documento que, com o apoio de mais de 300 assinaturas, colocará os seus integrantes em posição privilegiada para negociar.

Nesse jogo de pressão e recuo estratégico — o Centrão reivindicará a votação imediata do Projeto de Resolução, enquanto Ulysses usará todo o prazo que o Regimento Interno lhe permite — a perspectiva é mesmo de um acordo, no final das contas. Até porque, como diz o senador José Richa, "o confronto é ruim para todos".

Ulysses não aceita substitutivo global

REJANE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

A despeito da exibição de músculos do Centrão, o deputado Ulysses Guimarães não permitirá a apresentação de substitutivo global ao projeto de Constituição. Primeiro, vai procurar um entendimento com os centristas em torno de uma fórmula intermediária, que consistiria na abertura de um novo prazo para a proposição de emendas. Se não obtiver êxito nesta tentativa, o tripresidente comprometerá-se com as lideranças do seu partido a utilizar todo o prazo que o regimento interno lhe concede para protelar a votação do projeto de resolução dos moderados até depois do início dos trabalhos do plenário — neste caso, a proposta seria considerada prejudicada.

A fórmula do entendimento, contudo, está prosperando. Embora o deputado Ricardo Fiúza, principal articulador do Centrão, só admita conversar sobre outras propostas fora do substitutivo global depois da alteração do regimento, outros integrantes do grupo já admittam claramente o entendimento com a reabertura do prazo para emendas simples. O líder petebista Gastone Righi, por exemplo, abraçou firmemente esta ideia, chegando a afirmar que a ideia do substitutivo nunca existiu, "até porque não teríamos unidade para aprovar um texto integral".

Do outro lado, as lideranças do PMDB, que de início reagiam contra qualquer alteração regimental, já concordam com a fixação de novo prazo para emendas. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, acha a ideia "muito boa", enquanto o seu colega da Constituinte, senador Mário Covas, a considera "razoável". O que os dois não aceitam em nenhuma hipótese é o substitutivo global, embora não estejam muito preocupados com isto. Segundo Fernando Henrique, o deputado Ulysses Guimarães também repudia esta ideia e está comprometido com o movimento para esvaziá-la, jogando a votação do projeto centrista para o final do mês.

SEM UNANIMIDADE

Mas nem tudo é unanimidade na Constituinte. O deputado Euclides Scalco, primeiro vice-líder peemedebista na Constituinte, advertiu que a simples reabertura do prazo para emendas prolongaria indefinidamente os trabalhos do plenário (pelo menos por mais um ano), terminando por desmoronar a Constituinte. O máximo que ele diz aceitar são emendas para matérias novas aprovadas pela Sistematização: "Quanto ao resto, aproveitem-se os destaques que estão aí".

Scalco, aliás, não acredita na propalada maioria do Centrão: "Você acasou viu as assinaturas que eles dizem ter? Eu não vi". Mais exaltada, a deputada Cristina Tavares afirmou que só o presidente Sarney acredita no deputado Expedito Machado (articulador do Centro Democrático): "E sempre se dá mal".

Contudo, para o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, o fato de o Centrão possuir ou não a maioria absoluta da Constituinte é irrelevante. "Mesmo que eles sejam apenas 100 ou 150, o movimento não pode ser ignorado. Afinal, a Constituição sairá bastante enfraquecida se fosse, logo de saída, contestada por setores significativos".

Ibsen acredita no entendimento, lembrando que o Centrão é heterogêneo e não conseguiria a coesão necessária para aprovar um substitutivo global. Ele evitou, entretanto, apostar em uma fórmula intermediária que possibilitaria o acordo: "Há várias opções".

Enquanto os líderes centristas ainda correm de um lado para o outro em busca de assinaturas para seu projeto de alteração regimental, moderados e esquerdistas começaram ontem a negociar teses diferentes do substitutivo integral. A que reunia maiores chances, ao final da tarde, consistia na abertura de um prazo de 72 horas para apresentação de emendas sobre matéria nova aprovada pela Sistematização, valendo para o texto mantido os destaques apresentados perante a própria Comissão. Também se falava com insistência em emendas por títulos ou capítulos.

LIVRE INICIATIVA

E o Centrão já começou a trabalhar na elaboração de suas emendas. De acordo com o deputado Gastone Righi, há um grupo tentando identificar os pontos que reuniram unanimidade entre os centristas. São poucos, segundo admite o líder petebista, mas importantes, com destaque para os princípios da ordem econômica e o fortalecimento da livre iniciativa.

Para garantir a possibilidade de apresentação de emendas, Righi revelou os truques dos centristas:

"O Ulysses pode muito, mas nós podemos mais do que ele. Se não colocar o projeto em votação, saímos do plenário na primeira sessão e ele passa pelo vexame de ser publicamente desprestigiado". Obstrução pura e simples, admitiu o deputado petebista, "o que é um recurso absolutamente legítimo na vida parlamentar".

EUGENIO NOVAES



Luiz Eduardo, José Lourenço, Fiúza, Amaral Netto e Righi entregam a Ulysses proposta do Centrão

Daso teme pressões e quer mais assinaturas

Temeroso de que as pressões de fim de semana possam viabilizar a retirada de algumas assinaturas ao projeto de resolução para mudar o Regimento da Constituinte, o deputado Daso Coimbra disse ontem que pretende atingir a 310 delas, garantindo assim as possíveis surpresas. O documento será formalizado à mesa da Assembleia Nacional Constituinte na terça-feira, às 21 horas.

Ontem, o deputado Daso Coimbra jurou pelo seu mandato que dispunha mesmo das 296 assinaturas e até mostrou um bloco com as 114 recolhidas pelo deputado Gilson Machado, prática por sinal que não é comum a movimentos políticos baseados em coleta de adesões, pois tudo tramita em segredo absoluto. Mas 296, contudo, o deputado não abateu a dos cinco deputados que pediram a retirada de seus nomes da lista e manteve ainda o senador Mendes Canale, que divulgou nota assegurando que não assinou nada relacionado com o "Centrão".

Mesmo assim, o grupo passa dos 280, que perfaz a maioria absoluta do plenário. São ao todo 25 senadores a assinar a lista, entre os quais o presidente do PFL, Marco Maciel. Os demais são Nabor Júnior (PMDB-AC), Leopoldo Peres (PMDB-AM), João Castelo (PDS-MA), Alexandre Costa (PFL-MA), Edison Lobão (PFL-MA), João Lobo (PFL-PI), Alvaro Pacheco (PFL-PI), Cid Sabóia (PMDB-CE), José Agripino Maia (PFL-RN), Antônio Faria (PMDB-PE), Gerson Camata

ROGERIO NOVAES



Daso Coimbra e Delfim Netto exibem a relação com mais de 300 assinaturas

Lins já seleciona primeiras emendas

"Vamos acabar com a xenofobia", prometeu ontem o deputado José Lins (PFL-CE), que coordena a comissão temática encarregada pelo "Centrão" de selecionar as emendas capazes de eliminar com a tendência estatizante do texto aprovado na Comissão de Sistematização. Sua referência diz respeito à abertura do País ao capital estrangeiro, que será controlado inclusive quanto à remessa de lucros, mas terá as portas abertas para que o desenvolvimento interno não seja prejudicado — justificou.

Além deste ponto, o deputado revelou que seu grupo estudou até o título três do texto aprovado na Sistematização, concluindo que para corrigir os exageros precisam fazer 300 emendas; a maioria, garantiu, para suprimir ou acrescentar pa-

(PMDB-ES), Alfredo Campos (PMDB-MG), Irapuã Costa Jr. (PMDB-GO), Olavo Pires (PMDB-RO), Odacir Soares (PFL-RO), Meira Filho (PMDB-DF), Roberto Campos (PDS-MT), Saldanha Derzi (PMDB-MS), Wilson Martins (PMDB-MS), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Lourenberg Nunes Rocha (PMDB-MT), Mendes Canale (PMDB-MS), Guilherme Palmeira (PFL-AL) e Francisco Rolemeberg (PMDB-SE).

Os deputados que assinaram a lista de apoio ao projeto de Resolução são 271, incluídos aí os cinco que retiraram a assinatura por que, segundo o deputado Daso Coimbra, ele não foi comunicado disso oficialmente. Ontem assinaram os seguintes constituintes: Marco Maciel, Leopoldo Peres, Alvaro Pacheco, Geraldo Mello, Enoc Vieira, Vieira da Silva, Amílcar Moreira e Fernando Velasquez.

Daso Coimbra acatou a recomendação do deputado Cunha Bueno para que tome cuidado com os progressistas, que teriam deixado escapar a determinação de assinar para depois retirar o apoio em plenário. Ele também disse que havia advertido aos centristas encarregados da coleta de que Fernando Gasparian não devia ser abordado, mas acabou sendo obrigado a retirar seu nome das adesões.

Aliás, Fernando Gasparian e mais um significativo número de deputados considerados progressistas, de esquerda ou independentes estão marcados

de vermelho na lista do deputado Daso Coimbra, o que corresponde a orientação de não pedir o apoio deles. Só que os marcados com azul, cor da dúvida, vêm surpreendendo, porque muitos assinaram.

Existe a promessa de mais 15 ou 18 assinaturas, entre as quais a de Sarney Filho, que assinaria ontem. As listas do Senado ficaram sob a responsabilidade dos senadores Edison Lobão e Roberto Campos, enquanto as da Câmara estão com 25 deputados, de vários partidos.

Os 296 apoios conseguidos ao projeto de resolução vêm dos seguintes partidos: 130 do PMDB, 104 do PFL, 29 do PDS, 16 do PTB, 6 do PL e 11 de outras legendas. Os organizadores já providenciaram a substituição dos mineiros que eram suplentes e perderam suas vagas depois de terem assinado a lista. Eram Sérgio Naya e José Mendonça de Moraes. Mas dos quatro que reassumem suas vagas, apenas um (José da Conceição) não se comprometeu com o Centrão. Luiz Leal, Genésio Bernardino e Melo Freire assinaram ontem mesmo a relação centrista.

Daso Coimbra explicou que manterá as listas em seu poder até terça-feira à noite, porque no momento em que formalizá-las na mesa da Assembleia Nacional Constituinte ficará impedido de acrescentar qualquer nome a elas; os que assinaram podem retirar o apoio enquanto as listas não forem oficializadas.

Prisco aponta vantagem da estabilidade

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, disse ontem que a formação do Centrão — que passará a ser denominado de Projeto Brasil — tem duas importantes vantagens: identifica uma maioria com identidade ideológica de centro e dá uma margem de segurança, razoável, à Constituinte e ao Governo.

Embora entenda que com a formação do Projeto Brasil fica configurado um quadro de estabilidade, com o equilíbrio das forças políticas na Assembleia Nacional Constituinte, Prisco Viana disse que "é fundamental que haja um entendimento entre as lideranças políticas, em relação aos pontos polêmicos que estão sendo discutidos na Constituinte".

CONSEQUENCIA PRÁTICA

Na opinião do ministro, que se encontra visivelmente satisfeito com a consolidação do bloco, a primeira consequência prática deste fato é que não se dará prosseguimento ao funcionamento simultâneo da Comissão de Sistematização e do plenário, que ele não aprova. Prisco Viana acha que outra consequência da formação do Centrão é que será possível modificar o regimento da Constituinte com o objetivo de libertar o plenário.

Ele disse, ainda, que com a consolidação do Projeto Brasil fica claro que "a Comissão de Sistematização foi formada a partir de uma depuração ideológica que não reflete o verdadeiro perfil da Constituinte, que ficará delineado no plenário, cuja maioria, segundo os levantamentos indicam, é presidencialista e favorável aos cinco anos para o mandato do Presidente".

O porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, disse ontem que o Projeto Brasil tem como objetivo "recuperar a proporcionalidade de representação no processo decisório". Sem querer analisar a tendência ideológica deste novo grupo, o porta-voz disse:

— A expectativa é que o Projeto Brasil venha a sanear e recuperar o tempo perdido, que, a partir de agora, se pratique um jogo democrático que resulte na futura Carta.

Wanderley justifica o seu apoio

O deputado Ismael Wanderley (PMDB-RN) encaminhou nota à direção da Assembleia Nacional Constituinte, onde esclarece a presença de seu nome na relação de deputados que estariam compondo o "Centrão". Segundo o deputado, que se considera progressista e tem votado com as posições consideradas mais avançadas, sua assinatura foi com o desejo de alterar o regimento, no sentido de permitir apresentar emendas ao projeto constitucional, dentro do que previa a Constituinte. "Não sou do 'Centrão', não assinei nenhuma autorização para que meu nome fosse usado com objetivos golpistas. Não compacto com golpes e acredito que a partir da intervenção do presidente Ulysses Guimarães, a situação será corrigida. Mesmo assim, prefiro não voltar a contribuir com qualquer tentativa de desestabilizar a Constituinte e os avanços que, ingenuamente, já foram conseguidos na Sistematização", declarou.

PFL deverá propor o presidencialismo

Dirigentes nacionais do PFL deverão estudar proposta de emenda propondo a forma presidencialista de Governo, na hipótese, tida como certa, da reabertura de prazo para apresentar novas emendas em plenário, reivindicada pelo "Centrão".

Um dos defensores da tese é o presidente do PFL, senador Marco Maciel. Ele pretende discutir a questão neste final de semana com o ministro Aureliano Chaves, "candidato natural do partido a Presidente da República". A intenção é a de sugerir o presidencialismo em eleições em novembro de 1988.

O senador pernambucano acha que a sociedade não aceitará, e muito menos entenderá, o sistema parlamentarista, pelo qual o Presidente eleito com mais de 40 milhões de votos, com maioria absoluta,

teria que transferir o poder ao primeiro-ministro. Contudo que outro dia, viajando de táxi em São Paulo, o motorista, o reconhecendo, pediu explicações sobre o presidencialismo e parlamentarismo.

Dei as explicações possíveis e o motorista perguntou: "Dr. Marco, então vamos votar em presidente e em primeiro-ministro?" O eleitor não iria aceitar o primeiro-ministro, como chefe de Governo, ser eleito indiretamente — acrescentou o presidente do PFL.

Marco Maciel esclareceu que assinou o requerimento do "Centrão" sem entrar no mérito de eventuais emendas. "Deu seu apoio, explicou, pela possibilidade de apresentar emendas ao projeto de Constituição no plenário, como é da tradição legislativa".

Reis: Sarney está satisfeito

O deputado Milton Reis (PMDB-MG) informou ontem de manhã ao presidente José Sarney que o "Centrão" teria, até o final do dia, mais de 300 integrantes. Segundo o deputado, Sarney ficou satisfeito com a informação. Milton Reis ressaltou que "o bloco é suprapartidário e não tem compromissos ainda com nenhuma tese".

Ele acentuou que a concentração dos trabalhos da

Constituinte em torno dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização — da qual Milton Reis faz parte — deixou com que os demais parlamentares passassem a ser "constituintes de segunda", por não poderem, a nível de plenário, apresentarem emendas modificando o texto básico. Daí, segundo ele, o "Centrão" defender uma participação mais efetiva.